

O olhar cultural: conquistas e desafios

Marcia de N. S. Ferran¹

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares. Salvador: UDUFBA, 2007.

Este é um livro generoso e um tanto ciclópico, com análises acadêmicas oriundas de variadas matizes, tendo como objeto o “cultural”. O primeiro ponto a atentar é que estas “matizes” já são todas, elas próprias, multidisciplinares. E isto delinea a maturação no Brasil do campo de “estudos da cultura” ou cultural studies na tradição anglofônica.

Este caráter multidisciplinar está patente no livro e reflete um partido assumido pela instituição acadêmica, CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA - à qual estão vinculados a organizadora do livro, Giselle Nussbaumer, e mais dois autores.

Assim, não se trata exatamente de um livro para iniciantes ou leigos, pois as análises são bem refinadas. De fato, para se estudar teorias e políticas culturais, o pesquisador, de modo geral, já galgou um percurso nas ciências sociais, além de aprofundamentos, sejam nas ciências políticas, na história, na antropologia, na comunicação.

O livro é o primeiro da coleção CULT² e traz temáticas que iriam se desdobrar nos livros posteriores tanto nas “teorias” quanto nas “políticas” de cultura. Sem pretender fornecer respostas definitivas, o livro se insere no território difícil da candente interface entre política cultural e estudos culturais e deixa a impressão de que os estudos culturais podem ter políticas de cultura como um de seus objetos, ao passo que estas últimas têm como missão se nutrir das primeiras. O leitor pode sair tendendo a pensar, talvez devido ao recorte do livro, que estudos culturais conformam um campo mais amplo que pode sim abranger o primeiro.

¹ Professora Adjunta da UFF, Curso de Produção Cultural-PURO. E-mail: marciaferran@yahoo.com.br

² No. 2: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Barbalho (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. N o. 3: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: UFBA, 2008.

Através da panóplia de campos que geram as falas percebe-se a permanência, tanto nas teorias quanto nas políticas da cultura, da discussão das identidades, herança dos estudos dos anos 1970 ou ainda das teorias antropológicas. Objetos tratados no livro contemplam: representações da periferia urbana, atuação de agências e bancos internacionais sobre as políticas culturais, impasses e contradições da associação entre cultura e desenvolvimento. Estão presentes ao longo dos artigos noções como capitalismo cultural (YUDICE); capitalismo cognitivo (RODRÍGUEZ e SÁNCHEZ); descolonização (HALL), dentre outras.

Num livro tão denso podemos perceber interlocuções, questões sendo colocadas por alguns autores e, senão respondidas, ao menos iluminadas por outros autores. Daí algumas recorrências: o conceito de cultura empregado no seio das políticas culturais (suas origens, as manipulações, papel das agências e bancos internacionais); idéias de identidade (e novamente), suas origens, as manipulações, influências internacionais, disputas simbólicas; relação entre espaço e identidade.

Universo de pesquisas

A densidade do livro vem do fato de que cada autor possui um grande lastro de pesquisas anteriores; o que reforça o papel precursor no meio acadêmico brasileiro do CULT - ao qual também se deve em grande parte a viabilização do presente meio eletrônico de divulgação de análises sobre Políticas Culturais.

Trechos e resultados de pesquisas nos são oferecidos em 15 artigos, são eles: Durval Muniz de Albuquerque Jr. – Fragmentos do discurso cultural: por uma análise do discurso sobre o Brasil”; Xan Bouzada Fernández – “De las identidades constatadas a las complicidades productivas”; Joanildo Burity – “Cultura & Desenvolvimento”; Rubens Bayardo – “Cultura & Desarrollo: nuevos rumbos y más de lo mismo?”; Paulo Miguez – “Economia criativa: uma discussão preliminar”; Mariella Pitombo – “Entre o universal & o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO”; Antônio Albino Canelas Rubim – “Políticas Culturais: entre o possível & o impossível”; Maria de Lourdes Lima dos Santos – “Políticas culturais em Portugal”; Isaura Botelho – “Políticas culturais: discutindo pressupostos”; Gisele Marchiori Nussbaumer – “Públicos da cultura e as artes do espetáculo”; Heloisa Buarque de Hollanda – “Autoria, autorias”; Liv Sovik – “Cultura & identidades: teorias do passado e perguntas para o presente”; Maria Cândida Ferreira de Almeida: “Arte afro-descendente: um olhar em

desafio”; Ruben George Oliven – “Cultura & Identidade”; Zeny Rosendhal – “Cultura, turismo e identidade”.

Ainda sublinhando o caráter multidisciplinar, vemos que o conjunto dos textos alinhava um perfil que já consegue se singularizar em relação aos estudos antropológicos; um simples indício desta autonomização é a escassa referência, em 15 artigos distintos, a autores como Barth, Boaz, Lévis-Strauss, Geertz, Fried, Mead, Bastide.

Não é o caso aqui de fazer uma análise exaustiva e pormenorizada do corpus teórico presente no livro ou tecer quadros quantitativos das bibliografias, mas talvez seja uma tarefa necessária e esclarecedora. O conjunto de textos funciona como uma exploração de terreno e indicações de possíveis áreas sombreadas, radiografia em dose concentrada de temas e sub-temas, fornecendo um denso mapeamento e útil bibliografia aos estudantes de graduação tentados a cultivar este fértil terreno!

Coerentemente, há poucas análises de “micro-cosmos” ou estudos empíricos, e uma exceção se dá pela pesquisa de público do Teatro Vila Velha explorado por Giselle Nussbaumer, e pelo trabalho que aborda a percepção e recepção não consensual entre folclore e arte do Mestre Didi, por Maria Cândida Ferreira de Almeida. Coincidentemente ou não, são os dois textos que enfocam mais diretamente as linguagens artísticas. O primeiro, “Públicos da cultura e as artes do espetáculo”, apresenta resultados parciais de pesquisa coordenada por Nussbaumer, e é uma interessante contribuição nesta seara que continua tendo como paradigma o livro: O Amor pela Arte, de Pierre Bourdieu, da década de 1960. O segundo traz as “bordas” do sistema das bienais, os pesos e contra-pesos exercidos pela história da arte ocidental, o acionamento da religiosidade como desqualificador e deslegitimador na valorização na arte visual contemporânea, se movendo magistralmente nas interfaces contempladas pelos estudos culturais (arte, sistema produtivo, gêneros e religiosidade).

Muito tem se ouvido recentemente sobre a Unesco. O que pouca gente sabe é que este organismo não é assim “isolado” das oscilações mundiais e que por consequência os ditames em face às políticas culturais por ele adotados têm, na verdade, variado bastante em 60 anos. As sucessivas e geograficamente dispersas conferências e reuniões dão um fio condutor para Mariella Pitombo, cuja pesquisa de doutorado que dá origem ao artigo foi premiada pelo Itaú Cultural. Pitombo tem o mérito de ter fornecido uma análise ao mesmo tempo lúcida e concisa, a partir de uma cuidadosa revisão conceitual e um olhar histórico sobre a Unesco, de maneira que se torna um referencial

quase obrigatório acerca da percepção do delicado ajuste entre universalismo e particularismo propagados a partir desta agência cada vez mais visibilizada.

O objeto escolhido e a abordagem permitem perceber de que maneira fatores da real politik incidem sobre a promoção ou desuso de certas compreensões de cultura, em constantes acionamentos externos. Neste sentido, a pesquisadora elenca princípios que não raro entram nos “receituários de forte teor doutrinário” e encara o próprio termo “multiculturalismo” como ideologia servindo à edificação de uma propalada cidadania mais consciente e responsável.

Uma análise que contribui para contextualizar o Brasil numa escala maior é o texto de Rubens Bayardo que também foca as flutuações conceituais da UNESCO e as conferências internacionais (Mundiacult no México ou Conferência de Estocolmo, para citar apenas duas) como marcos e formadores de “pautas” que se espraiam pela América Latina, inclusive na ênfase à “participação cultural”. Não é anódino então que a Unesco tenha estabelecido que entre 1988 e 1977 deveria se consolidar uma década mundial para o desenvolvimento da cultura. A rigor, o que se supunha ser um “divisor de águas”, flagrava os desafios de se criar novos parâmetros de mensuração, desestabilizando a noção até então legitimada de “desenvolvimento” para passar a incorporar aspectos da “subjetividade”.

Além de traçar uma revisão, Bayardo também alerta para as perversidades eminentes do que vem sendo o “instrumentalismo generalizado” ou fetichização contemporânea da cultura para fins de todas as espécies de políticas públicas ao redor do mundo.

Isaura Botelho, já reconhecida por um livro pioneiro (Romance de formação: FUNARTE e Política Cultural) sobre as missões conceituais e desvios pragmáticos da Funarte, também amplia o horizonte apontando a bússola para teóricos franceses, retomando influências para o contexto brasileiro, e jogando luz sobre a concepção de “democratização cultural”. Ela descreve os desafios das políticas culturais contemporâneas e particulariza a situação brasileira, frente ao “desenvolvimento do indivíduo” que deve inverter um processo que o fixou como consumidor. Botelho acrescenta às premissas de Bourdieu - por demais “uma sociologia das desigualdades e das funções sociais da cultura” focada essencialmente na cultura erudita – reflexões de Bernard Lahire, sobre prismas mais qualitativos.

Um pioneiro pesquisador fundamental na consolidação das políticas culturais como atual objeto de estudo e coordenador do CULT, Antônio Albino Canelas Rubim,

em “Políticas Culturais: entre o possível & o impossível” almeja contrabalançar um número crescente de “estudos empíricos” com uma “delimitação do território de pertença” das tais políticas em seus fundamentos teóricos. Para isto toma como fio condutor as variações em torno do sistema produtivo, incidindo sobre o campo da cultura e as inflexões a reboque da globalização na esfera do consumo. Aciona assim textos de matriz marxista, chegando às noções como “capitalismo informacional”.

Voltando às interações estabelecidas dentro do livro, é interessante notar que Bayardo alerta para os perigos do turismo cultural no começo da obra, enquanto Zeny Rosendhal, no final do livro, exemplifica dentro de um instrumental geográfico os desdobramentos e implicações das peregrinações religiosas numa espacialidade contemporânea.

Dentre os textos que refazem percursos de certas temáticas temos Paulo Miguez, sobre economia criativa, e Mariella Pitombo, sobre o protagonismo da Unesco, ou ainda Isaura Botelho sobre “democratização cultural”. Estes textos exercem uma função, digamos, de recapitular momentos formadores de categorias e conceitos que, com a avidez própria do setor cultural, aparecem cada vez mais naturalizados. Nesta linha, Miguez e Pitombo apontam para o poder que certos países têm para “modelar” e impor assuntos na agenda política internacional, e também numa certa agenda acadêmica internacional que disputa vaidosamente a “autoria” ou reivindica a criação de termos como “economia criativa” ou “indústria criativa”. Fica patente a necessidade de se atentar para o caráter micro-político par-e-passo com o que é tido como políticas nacionais de cultura.

Voltando às interlocuções/complementaridades no livro podemos ver Liv Sovik, em “Cultura & identidades: teorias do passado e perguntas para o presente”, respondendo em certa medida a Durval Muniz de Albuquerque Jr. em “Fragmentos do discurso cultural: por uma análise do discurso sobre o Brasil”. Ambos compartilham um certo descontentamento com o próprio estado da arte, no que tange aos grilhões que persistiriam em amarrar redutoramente e anacronicamente a discussão sobre políticas culturais à questão da identidade, em detrimento da noção de singularidade. Além disto, Sovik, alertando contra uma rentabilização do “retorno do oprimido” no cinema, na música e por formadores de opinião em massa como a Rede Globo, instiga os leitores a se questionarem, com base em Stuart Hall: “quais são as palavras-chave que estão sendo disputadas por aqueles que falam a partir dos interesses da população da periferia e do controle sobre ela”? (p. 214). Embora seu texto esteja mais claramente sob a panóplia

do tema da identidade, a autora também cria interlocução com os textos de Joanildo Burity e Rubens Bayardo, focados no desenvolvimento; citando Theroux para contrapor uma compreensão consensualizada de “subdesenvolvimento”, como estado de falta, a um estado de intrincadas relações dinâmicas que podem estar viciadas e cristalizadas; onde enfim deve-se focar as identidades.

Já Heloisa Buarque de Holanda historiciza a noção de “autoria”, tema que ganhou maior importância no seio da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, ensejando a criação de grupos de trabalhos específicos. Aqui, centrado sob a lente da evolução histórica das condicionantes jurídicas em vários países (e das suas políticas) do que realmente sob as “teorias”, o tema está na interface entre os estudos de propriedade intelectual, nas reviravoltas causadas pelos softwar’s livres e tantos outros fóruns. A autora, se pautando em pesquisa em andamento, elenca algumas formas da produção cultural atual que se movem entre creative commons e copyleft.

Poucos textos dissecam experiências de políticas culturais como “ciência da organização das estruturas culturais”, pregado por Teixeira Coelho (e citado por Albino Rubim em seu artigo). Tal é a tarefa à qual se dedica Maria de Lourdes Lima dos Santos em “Políticas culturais em Portugal”, num texto que cumpre uma função esclarecedora e fornece pontos de comparação para o Brasil. No panorama português ali descrito, vemos pontos similares como a intensificação do papel fomentador dos municípios, na década de 1990 (processo que já havia sido iniciado uma década antes na França, por exemplo).

Assim podemos lá e cá falar de “descentralização” e de termos como “subsidiaridade” e “co-responsabilização”. Por outro lado, Portugal desfruta de acesso aos fundos comunitários europeus, coisa que o Mercosul ainda não desenvolveu plenamente. Por outro lado, talvez seja o campo observado nos diferentes artigos o mais inequívoco sinal de que o Brasil não só é palco da diversidade cultural, mas está já engendrando uma pluralidade de associações e interações disciplinares, fricções teóricas, tornando óbvia a originalidade dos estudos culturais no país e o potencial de desencadear novas teorias. Isto, sem desprezar os antropofagismos resistentes, ou seja, sempre desconfiando o que reveste a “autonomia” disciplinar. Como alerta Albino Rubim, “tal autonomização não deve ser confundida com isolamento”. (p. 141).

Creio que o crucial, nesta área no Brasil, ainda é formular questões, e ao meu ver uma questão que “não quer calar” é lançada logo num dos primeiros artigos do livro por Durval Muniz de A. Júnior: “Se somos ricos em manifestações culturais, por que ainda somos tão pobres quando se trata de renovar o vocabulário para apreender esta

diversidade, para promover esta diversidade?” (p.21). Para além de uma tentação de chamarmos ao debate os lingüistas, a provocação aponta intrinsecamente para a própria possibilidade de renovarmos as teorias (através do esforço e ousadia propositiva requeridas para nomear processos), aquelas às quais o livro dedica parte de seu título.

Uma das pistas para a questão de Durval Jr. pode estar relacionada com o que Pitombo ironicamente chama de “esquizofrenia” em torno do conceito de cultura, nas oscilações entre matriz iluminista universalista - missão civilizatória -, e a tradição do romantismo alemão, para a qual é a diferença que caracteriza a cultura. Obviamente este dialogismo também faz sombra à possibilidade de inaugurar vocabulários específicos, mesmo que se celebre a especificidade da diversidade brasileira.

Desfrutando da liberdade que oferece o livro de ser lido em diferentes ordens, gostaria de me debruçar um pouco mais sobre um artigo que, ao contrário da maioria do conjunto, não me parece ter interlocução imediata no livro e, exatamente por isto, pode fornecer outra ordem de “pista” à questão colocada no parágrafo anterior. De origem espanhola, Xan Bouzada Fernández traz à baila conceitos advindos da filosofia, coisa rara dentro da interdisciplinariedade brasileira neste campo, que já ressaltai de início.

Conceitos filosóficos não são habituais nas análises de políticas culturais, mas extremamente necessários para oxigenar a plataforma de “modernização reflexiva” nos termos de Fernández. É assim um texto que alerta, assim como faz Bayardo, para contextos que ainda parecem impertinentes ao Brasil, mas que servem como um contraponto a exigir cautela para o futuro. Cautela frente à celebração desmesurada das identidades, da conservação redentora, ou das benesses econômicas propagadas da economia das indústrias criativas. Xan Bouzada Fernández aciona noções de “musealização” (JEUDY, 1990), a percepção dos desejos, a face subjetiva, envolvidos na procura das identidades nas comunidades, a liquefação da vida moderna (BAUMAN, 2002) e as emergentes fricções paradoxais entre liberdades individuais e a prerrogativa de segurança, que nos exigem redesenhar o espaço público. Adentrando os desarrollos indentitarios y afirmaciones culturales en la sociedad tardomoderna traz à baila a riqueza sempre dinâmica e a “potência” da “multidão” (HARDT; NEGRI, 2004).

O autor acrescenta ainda uma camada nova, que adere à filosofia da ética, tocando o fulcro dos fundamentalismos, invocando Emmanuel Lévinas (infelizmente muito brevemente). Este filósofo dedicou sua obra extensa e pouco difundida no Brasil a elevar a hospitalidade ao estrangeiro ou a qualquer “diferente” como momento-ápice da hospitalidade essencial. O acolher aquele que não fala a sua língua simbolicamente

como nó inextricável da convivência e da paz humanas. À luz da trágica e vergonhosa guerra na Faixa de Gaza em janeiro de 2009, entre palestinos e israelenses, a interface disciplinar invocada por Xan Bouzada Fernández, mostra ainda mais sua lucidez. Igualmente pertinente o autor se mostra ao invocar para sua conclusão outro filósofo, Richard Rorty, para na verdade a ele se contrapor, negando o que chama de “prévia esquematização teórica”. Enfim, Bouzada Fernández é um dos autores que antecipam contextos, cabendo aos pesquisadores atentos também se mobilizarem para tecer teorias da cultura, que devem proceder e não vir a reboque dos fatos instalados.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidad líquida. México: F.C. E, 2002.
- BOTELHO, Isaura. Romance de formação: FUNARTE e Política Cultural. 1976- 1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2003.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- _____. The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons. London: Routledge, 1996.
- HARDT, M. y NEGRI, T. Multitud. Guerra y democracia en la era del imperio. Barcelona: Debate, 2004.
- JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- RODRÍGUEZ, Emmanuel; SANCHEZ, RAÚL. Entre el capitalismo cognitivo y el Commonfare. In: A.A.V.V. Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- YUDICE, George. El recurso de la cultura. Usos de La cultura en la era global. Buenos Aires: Gedisa, 2002.